



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº , DE 2023

(Do Sr. EVAIR VIEIRA DE MELO)

Solicita-se a convocação do Excelentíssimo Senhor Fernando Haddad, Ministro da Fazenda, para prestar esclarecimentos sobre sua comparação dos pagadores de impostos que questionam seus débitos registrados pela Receita Federal a "detentos".

Senhor **Presidente**,

Requeiro, com fundamento no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, § 1º, do Regimento Interno, que seja convocado o Senhor Fernando Haddad, Ministro da Fazenda, para que preste esclarecimentos sobre sua comparação dos pagadores de impostos que questionam seus débitos registrados pela Receita Federal a "detentos".

JUSTIFICAÇÃO

Este requerimento tenciona o comparecimento do Senhor Fernando Haddad, Ministro da Fazenda, para que preste esclarecimento sobre sua comparação dos pagadores de impostos





que questionam seus débitos registrados pela Receita Federal a "detentos".

Isto porque, conforme noticiado pelo PODER360, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, comparou os pagadores de impostos a "detentos" quando estes questionam seus débitos registrados pela Receita Federal. A declaração foi feita durante uma entrevista ao programa "Canal Livre", da Band, transmitida em 17 de setembro. O chefe da equipe econômica de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou que, no governo de Jair Bolsonaro (PL), julgamentos no Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) foram "travados" devido à implementação de uma regra que sempre favorecia quem contestava o pagamento de tributos à União¹.

"É a mesma coisa que você pegar 4 delegados e 4 detentos para julgar um habeas corpus, sendo que o empate favorece o detento. Era isso o Carf", afirmou o ministro referindo-se à regra que vigorou até recentemente e que dava aos pagadores de impostos mais poder em julgamentos sobre cobrança de tributos.

O economista Alexandre Schwartzman, ex-diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, comentou a frase: *"Bela comparação, Fernandinho"*, escreveu Schwartzman, de forma irônica.

Haddad havia sido questionado no programa "Canal Livre" sobre os recursos de julgamentos pendentes no Fisco serem considerados na estimativa do Orçamento de 2024. Após a analogia entre pagadores de impostos e detentos, o ministro da Economia disse que o cálculo considera o pagamento de 10% dos processos que estão em tramitação, ou seja, R\$ 54 bilhões a mais de

¹ <https://www.poder360.com.br/economia/haddad-compara-pagador-de-impostos-que-questiona-cobranca-a-detentos/>





arrecadação em 2024.

Segundo o ministro, o Carf tem mais de 100 mil processos, dos quais 126 concentram R\$ 600 bilhões de litígio. *“Temos um estoque de R\$ 1,3 trilhão [em litígio]. Queremos, até o fim do ano que vem, julgar entre R\$ 500 e R\$ 800 bilhões”*, completou.

Não está claro se o cálculo realizado pelo ministro da Fazenda, que visa recuperar 10% dos tributos em litígio (os mencionados R\$ 54 bilhões), já leva em conta quantos pagadores de impostos tendem a continuar questionando as cobranças no Poder Judiciário. O Carf é um tribunal administrativo, e existe sempre a possibilidade de aqueles que são derrotados nessa instância recorrerem judicialmente.

Durante algum tempo, o Carf adotou uma regra que eliminava o chamado *“voto de qualidade”* a favor do governo em caso de empate em disputas. Sem esse dispositivo, introduzido durante o governo Bolsonaro, os pagadores de impostos ganharam mais poder nos julgamentos. Esta situação foi recentemente alterada, retornando à regra anterior.

O governo do Lula da Silva tentou modificar a regra através de uma medida provisória, que não obteve aprovação. Posteriormente, o Executivo encaminhou ao Legislativo um projeto de lei com regime de tramitação urgente. O texto foi aprovado em 30 de agosto de 2023 com algumas modificações e seguiu para sanção.

A nova norma foi codificada como a lei 14.689. Contudo, 14 vetos foram aplicados ao que o Congresso havia aprovado, tornando as formas de contestação por parte dos pagadores de impostos ainda mais restritivas. Segundo especialistas consultados pelo Poder360, as alterações feitas no projeto oriundo do



